



# A UNIÃO

Superintendência de  
Imprensa e Editora

Fundado em 2 de fevereiro  
de 1893 no Governo de  
Álvaro Machado

## ADMINISTRAÇÃO

José Zélio Marques Neves Superintendente  
Nelson Coelho da Silva Diretor Técnico  
Domicio de Araújo Córdula Diretor Operacional

**Conselho Editorial** - Zélio Marques, Nelson Coelho, Antônio Costa, Linaldo Guedes, Robson Nóbrega, Conceição Coutinho, William Costa, João Evangelista, Geraldo Varela, Cardoso Filho, Eduardo Carneiro.

## REDAÇÃO

Antônio Costa Editor Geral  
Linaldo Guedes Editor Adjunto  
Robson Nóbrega Secretário de Redação  
Conceição Coutinho Chefe de Reportagem  
Walcemir Maria Supervisora Gráfica

# Pena de morte

Rivaldo Targino da Costa

Escritor

Existe interesse de algumas pessoas em impor uma vontade estranha à ordem natural das coisas. Instigadores do caos costumam agir na anormalidade da desgraça alheia, às vezes estampada nos recortes e manchetes sanguinárias dos jornais. Sorrateiramente, abusam da fragilidade do controle social, imposto por um sistema econômico desajustado. Nesse jogo de gato e rato, o bem e o mal são como os dois lados de uma mesma moeda e a mente ociosa dos jogadores torna-se a morada de Satanás.

Por exemplo, na Penitenciária Máxima de Mangabeira, dezoito presos fugiram graças a uma arma improvisada com espuma de poliuretano, numa imitação barata de um brinquedo diretamente importado das profundezas do inferno. A alegação de que qualquer coisa provoca rebelião não se justifica, pois todas que ocorreram nos presídios paraibanos têm como causa primeira a precariedade da segurança, acirrada com a superlotação da população carcerária, além do que é natural o sentimento de fuga para quem perde o direito à liberdade. Por isso, as fugas e rebeliões sempre vão ocorrer, como sabiamente alertou Adalberto Targino. Neste exato momento, enquanto escrevo este artigo, corre na televisão a notícia de que cinquenta e quatro presos da Penitenciária de Bragança, no Estado de São Paulo, acabaram por fugir, após terem as grades de suas celas cercadas por comparsas que adentraram a aquela unidade prisional e renderam os dois agentes penitenciários responsáveis pela guarda.

Na chacina ocorrida em Alhandra, onde cinco presos foram fuzilados no banheiro da cela em que dormiam, aplicou-se a regra medieval do "olho por olho e dente por dente" - bandido matando bandido e aterrorizando a sociedade. Os vingadores não mais acreditam no próprio sistema ao qual estão empenhados de proteger "Antes que fujam os pássaros, queimem-se as gaiolas", assim raciocinaram. De fato, ali e naquele momento, deflagraram a pena de morte e o juízo de exceção, contrariamente aos ditames constitucionais (art. 5º, XXXVII, da CF/88) de um Estado Democrático de Direito.

A inverdade às vezes camufla a realidade, por um instante ou ocasião efêmera mas jamais para sempre. Na fábula do Chapeuzinho Vermelho, o lobo mau se transveste e de vozinha para enganar uma criança. Qualquer um de nós pode ser lobo num dado momento e criança em outro, dependendo do interesse ou objetivo almejado. Há os que já fizeram a opção por natureza, não lhes sendo mais possível metamorfosearem-se de estado psíquico ou psicológico, já que a personalidade dessas pessoas incrustou-se - por vários motivos e tipos diferentes de pressão social - do lado errado do comportamento humano. No entanto, daí para a execução indiscrimi-

nada da pena de morte há uma grande diferença. Não pode haver punição sem o arrependimento correspondente, espontâneo e consciente. A morte do corpo pouco importa se a alma sobrevive às chamas ardentes do purgatório.

A sociedade não consegue conceber a imputação da pena de morte como medida punitiva exemplar ou aplicação da Justiça, capaz de coibir preventivamente a marginalidade. Nos Estados Unidos, a implantação da pena de morte não diminuiu as taxas de criminalidade e, pois só faz efeito nas pessoas diretamente envolvidas no processo penal incriminatório.

No máximo, dever-se-ia manter essas criaturas, irrevogavelmente irreversíveis, eternamente afastadas do convívio social, mas sob as limitações de uma pena perpétua, efetivamente aplicada, sem benesses, privilégios ou regalias. O condenado teria uma eternidade para, em última instância, provar o contrário do que foi decidido pela Justiça, com direito ao perdão e indenizações devidas. Aos recuperáveis, por outro lado, impingir-se-ia a purificação punitiva do espírito, concomitantemente com capacitação sócio-profissionalizante do corpo, até que o arrependimento de fato fosse o veículo transformador do seu interior e, dependendo do grau criminológico do apenado, garantisse

o seu retorno ao convívio social, sem os riscos da reincidência ao crime.

Claro, que todo o sistema penitenciário teria de ser reformulado, inclusive com o respaldo da reforma do Poder Judiciário, do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, assim como com a edificação de presídios modernos, seguros e menos desumanos. Na Paraíba, parte deste problema logo estará resolvido, quando será inaugurado o moderno presídio de Sousa e concluir-se-ão as reformas do Complexo Penitenciário de Mangabeira. Preocupantes também são o despreparo, o desaparecimento, a desprofissionalização e os baixos salários da polícia de um modo geral. Por situação análoga passam os agentes penitenciários que fazem a segurança interna dos presídios. Tudo isso é um estímulo à corrupção, a impunidade e à facilitação de fugas.

Nas unidades prisionais atuais, a superlotação carcerária significa inversão de valores e há uma certa apologia às ações criminosas, através da qual presos por pequenos delitos e infrações leves convivem com marginais de alta periculosidade. Assim, a cultura do crime faz com que a prisão funcione como uma escola de bandidagem e a recuperação do prisioneiro se torne impossível, mesmo que este apodreça trancafiado por uma eternidade. Os condenados não vislumbram nenhuma possibilidade de sobreviver normalmente no seio da sociedade e não têm qualquer incentivo ou motivação para mudar de vida. Dentro dos presídios impera a lei dos animais e de lá não podem sair senão feras e bestas humanas, que, quando não mortas, sempre retornam ao "doce lar".

